# CAPÍTULO 2. O SISTEMA DE NÚMEROS NATURAIS

#### Sumário

1. Axio	mas de Peano	1
2. Adiç	ão e multiplicação	3
3. Relac	ção de ordem	5
4. Boa	ordenação e o segundo princípio de indução	6
5. Conj	untos finitos e infinitos	8
Conjuntos infinitos		12
6. Núm	eros inteiros	13

Intuitivamente, os números naturais são: 0, o que vem a seguir de 0 chamado 1, depois de 1 a seguir é 2, ... e assim por diante ...

Formalmente, o conjunto de números naturais é definido pelos axiomas de Peano.

#### 1. Axiomas de Peano

Um conjunto  $\mathbb{N}$ , junto com uma função  $s \colon \mathbb{N} \to \mathbb{N}$  (chamada sucessor) representa um sistema de números naturais se as seguintes propriedades (axiomas) são satisfeitas:

P1. Existe um único elemento, denotado por 0, que não é o sucessor de nenhum outro elemento, ou seja,

$$s(n) \neq 0$$
 para todo  $n \in \mathbb{N}$ , e para todo  $m \neq 0$  existe  $n \in \mathbb{N}$  tal que  $s(n) = m$ .

- P2. s é injetiva, ou seja, se s(m) = s(n) então m = n. Em outras palavras, dois números que têm o mesmo sucessor são iguais.
- P3. (Princípio da indução) Se  $X \subset \mathbb{N}$  é um subconjunto tal que:
  - $\bullet$   $0 \in X$ ,
  - $\blacksquare$ se para todo  $n \in X$ tem-se também que  $s(n) \in X$ então  $X = \mathbb{N}.$

**Lema 1.1.** Para todo  $n \in \mathbb{N}$ ,  $s(n) \neq n$ , ou seja, todo número natural é diferente do seu sucessor.

Demonstração. Seja

$$X = \{ n \in \mathbb{N} : s(n) \neq n \}.$$

- $0 \in X$  já que 0 não é o sucessor de nenhum número, e em particular,  $s(0) \neq 0$ .
- Suponha que  $n \in X$ , ou seja,  $s(n) \neq n$ .

Como S é injetiva, segue que

$$s(s(n)) \neq s(n),$$

portanto  $s(n) \in X$ .

Pelo princípio da indução,  $X = \mathbb{N}$ , ou seja,  $s(n) \neq n$  para todo  $n \in \mathbb{N}$ .

Observação 1.1. O princípio da indução pode ser enunciado da seguinte maneira equivalente. Seja P(n) uma propriedade que se refere aos números naturais. Suponha que as seguintes afirmações sejam válidas:

- Base de indução (ou 1º passo) P(0) é verdadeira
- Passo indutivo

Suponha que P(n) seja verdadeira (hipótese de indução).

A partir dessa hipótese, prova-se que P(s(n)) seja verdadeira.

Então pelo princípio da indução, P(n) é verdadeira para todo  $n \in \mathbb{N}$ .

De fato, se definimos

$$X = \{n \in \mathbb{N} : P(n) \text{ \'e verdadeira}\},$$

tem-se:

- $\bullet$   $0 \in X$
- Se  $n \in X$  então  $s(n) \in X$ .

Logo, pelo princípio da indução,  $X = \mathbb{N}$ , ou seja, P(n) é verdadeira para todo  $n \in \mathbb{N}$ .

**Exemplo 1.2.** Prove que se  $x \neq 1$ ,

$$1 + x + \dots + x^n = \frac{x^{n+1} - 1}{x - 1} \quad \forall n \in \mathbb{N}.$$

Ou seja, prove que a propriedade/fórmula P(n):

$$\sum_{k=0}^{n} x^k = \frac{x^{n+1} - 1}{x - 1}$$

vale para todo  $n \in \mathbb{N}$ .

Demonstração. Usamos o princípio da indução.

• 1° passo, ou seja, o caso n=0.

A propriedade P(0) significa  $1 = \frac{x-1}{x-1}$ , que é claramente válida se  $x \neq 1$ .

■ Passo indutivo.

Suponha que P(n) valha, ou seja

$$\sum_{k=0}^{n} x^k = \frac{x^{n+1} - 1}{x - 1}.$$

Vamos provar que P(n+1) vale também. Tem-se

$$\sum_{k=0}^{n+1} x^k = \sum_{k=0}^n x^k + x^{n+1}$$

$$= \frac{x^{n+1} - 1}{x - 1} + x^{n+1} \quad \text{(pela hipótese indutiva)}$$

$$= \frac{x^{n+1} - 1}{x - 1} + \frac{x^{n+1}(x - 1)}{x - 1}$$

$$= \frac{x^{n+1} - 1 + x^{n+2} - x^{n+1}}{x - 1}$$

$$= \frac{x^{n+2} - 1}{x - 1},$$

provando que P(n+1) é válida.

Pelo princípio da indução, a fórmula P(n) vale para todo  $n \in \mathbb{N}$ .

# 2. ADIÇÃO E MULTIPLICAÇÃO

Dado um número natural m, definimos a soma m+0 como sendo m, a soma m+1 como sendo o sucessor s(m) de m, a soma m+2 como sendo o sucessor de m+1 e assim por diante. Formalmente, a adição por n é definida por indução.

# **Definição 2.1.** Seja $m \in \mathbb{N}$ . Então

- m + 0 = m.
- Se m + n foi definido, então m + s(n) = s(m + n).

Observe que m+1=m+s(0)=s(m), isto é, m+1 é o sucessor de m. Então em argumentos por indução, em geral escreveremos m+1 em vez de s(m).

A adição de números naturais satisfaz as seguintes propriedades.

#### Proposição 2.1. Sejam $m, p, n \in \mathbb{N}$ .

- (i) (associatividade) (m+p) + n = m + (p+n).
- (ii) (comutatividade) m + n = n + m.
- (iii) Se m + n = p + n então m = p.

Demonstração. Vamos provar (i) e (iii). O item (ii) é exercício.

(i) Fixemos  $m, p \in \mathbb{N}$  e provemos a seguinte propriedade para todo  $n \in \mathbb{N}$ .

$$P(n)$$
:  $(m+p) + n = m + (p+n)$ .

Usamos indução matemática.

- Base da indução: seja n=0. Então (m+p)+0=m+p=m+(p+0), logo P(0) vale.
- $\blacksquare$  Passo de indução: suponha que P(n) seja verdadeiro, isto é,

$$(m+p) + n = m + (p+n).$$

Vamos provar P(s(n)). De fato.

$$(m+p)+s(n)=s((m+p)+n)$$
 (pela definição da adição)  
=  $s(m+(p+n))$  (pela hipótese de indução)  
=  $m+s(p+n)$  (pela definição da adição)  
=  $m+(p+s(n))$  (de novo pela definição da adição)

o que estabelece P(s(n)).

Pelo princípio da indução, (m+p)+n=m+(p+n) vale para todo  $n\in\mathbb{N}$ .

(iii) Fixamos  $m, p \in \mathbb{N}$  e vamos provar por indução em  $n \in \mathbb{N}$  que

se 
$$m + n = p + n$$
 então  $m = p$ .

■ Base de indução: n = 0.

Se m + 0 = p + 0 então claramente m = p.

■ Passo de indução: suponha a afirmação verdadeira para  $n \in \mathbb{N}$ , ou seja, se m+n=p+n então m=p.

Vamos provar a afirmação para s(n). De fato, se

$$m + s(n) = p + s(n),$$

então pela definição da adição tem-se s(m+n) = s(p+n).

Mas como a função sucessão é injetiva, segue que

m+n=p+n, e pela hipótese de indução concluímos que m=p.

Pelo princípio de indução, a conclusão segue.

Seja m um número natural. Definimos  $m \cdot 0 = 0$ ,  $m \cdot 1 = m$ ,  $m \cdot 2 = m + m$ ,  $m \cdot 3 = m + m + m$  e etc. Formalmente, a multiplicação de números naturais é definida por indução como seguinte.

**Definição 2.2.** Seja  $m \in \mathbb{N}$ . Então,

- $m \cdot 0 = 0$
- Se  $m \cdot n$  já foi definido então definimos  $m \cdot s(n) = m \cdot n + m$ .

Como s(n) = n + 1, temos que  $m \cdot (n + 1) = m \cdot n + m$ .

Em particular,  $m \cdot 1 = m \cdot 0 + m = 0 + m = m$ ,  $m \cdot 2 = m \cdot 1 + m = m + m$  e etc., como intuitivamente esperado.

A multiplicação de números naturais satisfaz as seguintes propriedades.

## Proposição 2.2. Sejam $m, p, n \in \mathbb{N}$ .

- (i) (distributividade)  $m \cdot (p+n) = m \cdot p + m \cdot n$
- (ii) (associatividade)  $m \cdot (p \cdot n) = (m \cdot p) \cdot n$
- (iii) (comutatividade)  $m \cdot n = n \cdot m$
- (iv) Se  $m \cdot p = n \cdot p$  e  $p \neq 0$  então m = n.

Demonstração. Vamos provar a distributividade e deixar as outras propriedades como exercícios.

(i) Fixamos  $m, p \in \mathbb{N}$  e vamos provar por indução que  $\forall n \in \mathbb{N}$ ,

$$m \cdot (p+n) = m \cdot p + m \cdot n.$$

■ Base de indução: n = 0. Temos

$$m \cdot (p+0) = m \cdot p = m \cdot p + m \cdot 0.$$

■ Passo de indução: suponha que

$$m \cdot (p+n) = m \cdot p + m \cdot n.$$

Vamos provar a mesma propriedade para s(n). De fato,

$$m \cdot (p + s(n)) = m \cdot s(p + n)$$

$$= m \cdot (p + n) + m$$

$$= (m \cdot p + m \cdot n) + m$$

$$= m \cdot p + (m \cdot n + m)$$

$$= m \cdot p + m \cdot s(n).$$

Pelo princípio da indução, a distributividade vale para todo  $n \in \mathbb{N}$ .

**Observação 2.1.** Pelo princípio da indução, dada uma propriedade P(n) que se refere aos números naturais, para provar que ela seja verdadeira para todo  $n \geq n_0$  basta provar as seguintes afirmações:

- 1) Base de indução.  $P(n_0)$  é verdadeira.
- 2) Passo indutivo. Suponha que P(n) seja verdadeira para algum  $n \ge n_0$ . Então P(s(n)) é verdadeira.

De fato, podemos definir o conjunto

$$X = \{m \in \mathbb{N} : P(n_0 + m) \text{ \'e verdadeira}\}.$$

Temos que:

- $0 \in X$  já que  $P(n_0)$  é verdadeira (pela base de indução).
- Se  $m \in X$ , então para  $n := n_0 + m$  temos que  $P(n) = P(n_0 + m)$  é verdadeira. Então, pelo passo indutivo,  $P(n+1) = P(n_0 + m + 1)$  é verdadeira, ou seja,  $m+1 \in X$ .

Logo,  $X = \mathbb{N}$ , ou seja, P(n) é verdadeira para todo  $n \geq n_0$ .

#### Exemplo 2.1. Para todo $n \geq 1$ ,

$$1+2+...+n=\frac{n\cdot(n+1)}{2}$$
.

Na verdade deveríamos escrever a fórmula acima como

$$2 \cdot (1 + 2 + \dots + n) = n \cdot (n+1),$$

já que ainda não definimos frações.

Demonstração. Base de indução: começamos com n=1. A fórmula se torna  $2\cdot 1=1\cdot 2$  que evidentemente vale.

Passo de indução: suponha que

$$2 \cdot (1 + 2 + \dots + n) = n \cdot (n+1)$$

e vamos provar o mesmo para n+1. De fato,

$$2 \cdot (1+2+...+n+(n+1)) = 2 \cdot (1+2+...+n) + 2 \cdot (n+1)$$
  
=  $n \cdot (n+1) + 2 \cdot (n+1)$  (pela hipótese de indução)  
=  $(n+2) \cdot (n+1) = (n+1) \cdot (n+2)$ .

Pelo princípio da indução, a fórmula vale para todo  $n \ge 1$ .

## 3. Relação de ordem

Intuitivamente, dados dois números naturais m e n, temos que  $m \leq n$  se m vem antes de n na enumeração

$$0, 1, 2, \ldots, m, \ldots, n, \ldots$$

dos números naturais, ou seja, se n=m ou se n é o sucessor de m, ou se n é o sucessor do sucessor de m, ou ... Formalmente,

**Definição 3.1.**  $m \leq n$  se existe  $k \in \mathbb{N}$  tal que n = m + k.

Além disso, escrevemos m < n se  $m \le n$  e  $m \ne n$ . Então m < n se e somente se existe  $k \ne 0$  tal que n = m + k.

Ademais,  $n \ge m$  significa  $m \le n$  enquanto n > m significa m < n.

#### Proposição 3.1. A relação $\leq$ é uma relação de ordem em $\mathbb{N}$ .

Demonstração. Vamos verificar as três propriedades de uma relação de ordem.

- 1) Reflexividade: para todo  $n \in \mathbb{N}$ , tem-se  $n \leq n$  já que n = n + 0.
- 2) Antissimetria: temos que provar que se  $m \le n$  e  $n \le m$  então m = n.

Como  $m \leq n$ , existe  $k \in \mathbb{N}$  tal que n = m + k.

Como n < m, existe  $l \in \mathbb{N}$  tal que m = n + l.

Portanto

$$n = m + k = (n + l) + k = n + (l + k),$$

e daí, k + l = 0.

Mas neste caso l=0. De fato, se  $l\neq 0$  então l é o predecessor de algum número natural p, isto é, l=s(p), então

$$0 = k + l = k + s(p) = s(k + p),$$

contradição com o primeiro axioma de Peano.

Portanto l = 0 e daí m = n + 0 = n.

3) Transitividade: Sejam  $m, n, p \in \mathbb{N}$  e suponha que  $m \leq n$  e  $n \leq p$ . Então existem  $k, l \in \mathbb{N}$  tais que n = m + k e p = n + l. Portanto

$$p = n + l = (m + k) + l = m + (k + l),$$

mostrando que  $m \leq p$ .

A relação de ordem é compatível com as operações algébricas, no sentido que

se 
$$m \le n$$
 então  $m + p \le n + p$  e  $m \cdot p \le n \cdot p$ .

De fato,  $m \leq n$  implica a existência de  $k \in \mathbb{N}$  tal que n = m + k. Logo

$$n + p = (m + k) + p = (m + p) + k$$

mostrando que  $m + p \le n + p$ .

Deixamos a outra relação como exercício.

A relação de ordem em  $\mathbb{N}$  é total, no sentido que quaisquer dois números naturais são comparáveis (um é menor do que ou igual ao outro). Isto não é verdadeiro para qualquer relação de ordem (por exemplo a inclusão de conjuntos não é uma ordem total: dados dois conjuntos  $A \in B$ , é possível que  $A \not\subset B \in \mathcal{B} \not\subset A$ ).

**Lema 3.1.** Sejam  $m, n \in \mathbb{N}$ . Então  $m \leq n$  ou  $n \leq m$ .

Demonstração. Fixemos  $m \in \mathbb{N}$  e provemos por indução que todo número natural n é comparável com m.

- 1º passo: n = 0. Claramente  $0 \le m$  porque m = 0 + m.
- Passo indutivo: suponha que para um número natural n, temos  $m \le n$  ou  $n \le m$ . Vamos provar o mesmo para s(n) = n + 1.

Se  $m \le n$ , como n < n + 1, por transitividade temos  $m \le n + 1$ .

Se  $n \leq m$ , podemos supor que  $n \neq m$  (o caso n = m já foi tratado acima).

Logo existe  $k \neq 0$  tal que m = n + k.

Como  $k \neq 0$ , existe  $l \in \mathbb{N}$  tal que k = s(l) = l + 1.

Então

$$m = n + (l + 1) = (n + 1) + l,$$

mostrando que  $n+1 \leq m$ .

Pelo princípio de indução,  $m \leq n$  ou  $n \leq m$  para todo  $n \in \mathbb{N}$ .

4. Boa ordenação e o segundo princípio de indução

Seja  $X \subset \mathbb{N}$  um subconjunto de números naturais.

**Definição 4.1.** Um número natural p é um mínimo de X se  $p \in X$  e  $p \le n$  para todo  $n \in \mathbb{N}$ .

Observe que se X admite um mínimo, ele é único. De fato, se p,q são mínimos de X, então  $p \leq q$  (porque o número  $q \in \mathbb{N}$ ) e  $q \leq p$  (porque  $p \in \mathbb{N}$ ), logo p = q.

**Exemplo 4.1.** 0 é claramente o mínimo de  $\mathbb{N}$ .

7 é claramente o mínimo de  $\{7, 10, 13\}$ .

Similarmente, p é um máximo de X se  $p \in X$  e  $p \ge n$  para todo  $n \in \mathbb{N}$ . O máximo de um conjunto, se existir, deve ser único.

Exemplo 4.2. Claramente  $13 \notin o \text{ máximo de } \{7, 10, 13\}.$ 

O conjunto de todos os números naturais N não admite um máximo.

De fato, suponha por contradição que  $n \in \mathbb{N}$  seja o máximo de  $\mathbb{N}$ . Mas  $n+1 \in \mathbb{N}$  e n+1 > n (claramente  $n+1 \geq n$  e como foi provado no início do capítulo,  $n+1 = s(n) \neq n$ ). Chegamos a uma contradição com o fato do número n ser o máximo de  $\mathbb{N}$ . Logo  $\mathbb{N}$  não tem máximo.

Enquanto subconjuntos de números naturais podem não admitir um máximo, o mínimo sempre existe, e esse resultado se chama o "Princípio da Boa Ordenação" dos números naturais.

**Teorema 4.3** (O princípio da boa ordenação). *Todo subconjunto não vazio*  $A \subset \mathbb{N}$  *possui um mínimo*.

Ideia da prova: vamos pensar num algoritmo para encontrar o mínimo de A.

- Se  $0 \in A$ , então 0 deve ser o mínimo de A.
- Se  $0 \notin A$ , o algoritmo verifique se  $1 \in A$  ou  $1 \notin A$ . No primeiro caso, 1 deve ser o mínimo de A.
- Se 1  $\notin A$  mas  $2 \in A$  então 2 é o mínimo de A (já que  $0 \notin A$  e  $1 \notin A$ ).
- Se  $0 \notin A, 1 \notin A, \ldots, n \notin A$ , verificamos se  $n+1 \in A$  ou  $n+1 \notin A$  e assim por diante.

O algoritmo tem que parar; se não, esgotamos todos os números naturais. Este procedimento leva à seguinte prova formal.

Demonstração. Suponha por contradição que A não possui mínimo. Vamos provar por indução que para todo  $n \in \mathbb{N}$ ,

```
P(n): 0 \notin A, 1 \notin A, ..., n \notin A.
```

1° passo: n = 0.  $0 \notin A$  porque se  $0 \in A$  então 0 seria o mínimo de A.

Passo indutivo: Suponha que P(n) valha, i.e.,

$$0 \notin A, 1 \notin A, ..., n \notin A.$$

Neste caso, se  $n+1 \in A$  então n+1 seria o mínimo de A, já que todos os números menores do que n+1 não são elementos de A. Mas supomos que A não tenha mínimo, então  $n+1 \notin A$ . Logo  $0 \notin A, 1 \notin A, ..., n \notin A$  e  $n+1 \notin A$ , ou seja, P(n+1) vale.

Pelo princípio de indução, P(n) vale para todo  $n \in \mathbb{N}$ . Em particular,  $n \notin A \ \forall n \in \mathbb{N}$ , isto é,  $A = \emptyset$ , uma contradição.

Logo, A possui um mínimo.

Usando o princípio da boa ordenação derivaremos um princípio de indução mais forte.

**Teorema 4.4** (O segundo princípio de indução). Seja  $X \subset \mathbb{N}$  e suponha que

- $0 \in X$ .
- $se\ 0 \in X, \ldots, n \in X \ ent \tilde{ao}\ n+1 \in X.$

Nestas condições,  $X = \mathbb{N}$ .

Em outras palavras, o segundo princípio de indução nos permite trabalhar com uma hipótese de indução mais forte, a saber, em vez de apenas supor que  $n \in X$ , supomos que todos os números naturais menores do que ou iguais a n pertençam a  $\mathbb{N}$ .

Demonstração. Claramente  $X = \mathbb{N}$  sse  $X^c = \mathbb{N} \setminus X = \emptyset$ .

Suponha por contradição que  $X^c \neq \emptyset$ . Então, pelo princípio da boa ordenação, existe um mínimo m de  $X^c$ .

Como  $0 \in X$ , tem-se  $0 \notin X^c$  então  $m \neq 0$ .

Logo m = n + 1 para algum  $n \in \mathbb{N}$ .

Como n+1 é o mínimo de  $X^c$ , então necessariamente  $0 \notin X^c, 1 \notin X^c, \ldots, n \notin X^c$ , ou seja,  $0 \in X, \ldots, n \in X$ .

Mas neste caso, pela hipótese de indução,  $n+1 \in X$ , em contradição com o fato de que  $n+1 \in X^c$ .

Portanto 
$$X^c = \emptyset$$
 e daí  $X = \mathbb{N}$ .

O segundo princípio de indução nos permite definir objetos por recorrência que depende de mais de um termo.

**Exemplo 4.5** (A sequência de Fibonacci). Definimos  $F_0=0,\ F_1=1$  e para todo  $n\geq 1,\ F_{n+1}=F_n+F_{n-1}.$ 

Em outras palavras,  $\{F_n\}_{n\geq 0}$  é definida por uma recorrência de ordem 2. Similarmente podemos definir recorrências de qualquer ordem.

**Definição 4.2.** Um número natural p é primo se  $p \neq 1$  e p não se pode escrever como  $p = m \cdot n$  com  $m, n \in \mathbb{N}$ , e m < p, n < p.

Por exemplo 2, 3, 5, 7, 11, 13 e etc. são números primos, mas  $4=2\cdot 2$ ,  $6=2\cdot 3$ ,  $8=2\cdot 4$ ,  $12=3\cdot 4$  e etc. não são primos.

**Teorema 4.6.** Todo número natural  $n \ge 2$  ou é primo ou pode ser escrito como um produto de números primos.

Demonstração. Seja

 $X = \{n \geq 2 : n \text{ \'e primo ou pode ser decomposto como produto de primos } \}.$ 

Vamos provar por indução que X é o conjunto de todos os números naturais  $n \geq 2$ .

- 1º passo: n=2 já é primo, então  $2 \in X$ .
- Passo indutivo: suponha que  $2, \ldots, n \in X$ , ou seja, para todo  $k \leq n, k \in X$ . Vamos provar que  $n+1 \in X$ .

Se n+1 é primo, automaticamente  $n+1 \in X$ .

Se n+1 não é primo, então existem  $k, l \in \mathbb{N}, k < n+1, l < n+1$  tais que  $n+1=k \cdot l$ .

Logo  $k \le n$ ,  $l \le n$ , e pela hipótese indutiva, k e l são produtos de primos. Logo  $n+1=k\cdot l$  também é um produto de primos.

Pelo 2° princípio de indução, todo número  $n \geq 2$  é primo ou produto de primos.

#### 5. Conjuntos finitos e infinitos

Intuitivamente, um conjunto X é finito se existe uma contagem  $x_1, x_2, \ldots, x_n$  dos seus elementos. Dado  $n \in \mathbb{N}, n \geq 1$ , denotemos por

$$I_n := \{1, 2, \dots, n\}$$

o conjunto dos primeiros n números naturais sem zero.

**Definição 5.1.** Um conjunto X é finito se ele é vazio ou existem  $n \ge 1$  e uma função bijetiva  $\varphi: I_n \to X$ .

Neste caso, denotando, para todo  $k \in I_n$ ,  $\varphi(k) = x_k$ , os elementos  $x_1, x_2, ..., x_n$  são diferentes entre si (porque  $\varphi$  é injetiva) e para todo  $x \in X$  existe  $k \in I_n$  tal que  $\varphi(k) = x$  (porque  $\varphi$  é sobrejetiva). Portanto

$$X = \{x_1, x_2, \dots, x_n\},\$$

mostrando que a definição formal corresponde à definição intuitiva do conceito de conjunto finito.

Vamos mostrar que se  $\varphi: I_n \to X$  e  $\psi: I_m \to X$  são funções bijetivas para alguns  $n, m \ge 1$  então n = m. Esta afirmação vai ser uma consequência simples do seguinte teorema.

**Teorema 5.1.** Sejam  $n \ge 1$  e  $A \subset I_n$ . Se existe  $\varphi : I_n \to A$  bijetiva então  $A = I_n$ .

Demonstração. Vamos provar por indução em  $n \geq 1$ a seguinte afirmação.

P(n): se  $A \subset I_n$  e  $\varphi: I_n \to A$  é bijetiva então  $A = I_n$ .

- 1° passo: n = 1. Se  $A \subset I_1 = \{1\}$  então  $A = \emptyset$  (impossível, neste caso não existe nenhuma função  $\varphi : I_1 \to \emptyset$ ) ou  $A = \{1\} = I_1$ , o que queríamos mostrar.
  - Passo indutivo. Suponha P(n) verdadeira.

Sejam  $A \subset I_{n+1}, \varphi : I_{n+1} \to A$  bijetiva e  $a := \varphi(n+1) \in A$ .

Analisemos dois casos.

1) Se  $A \setminus \{a\} \subset I_n$ , a restrição  $\tilde{\varphi}: I_n \to A \setminus \{a\}, \ \tilde{\varphi}(k) = \varphi(k)$  para todo  $k \in I_n$ , claramente é bijetiva, e como  $A \setminus \{a\} \subset I_n$ , a hipótese de indução é aplicável e temos que

$$A \setminus \{a\} = I_n$$
.

Mas  $A \subset I_{n+1}$ , então necessariamente a = n+1 e daí  $A = I_{n+1}$ .

2)  $A \setminus \{a\} \not\subset I_n$ .

Como  $A \subset I_{n+1}$ , segue que  $n+1 \in A \setminus \{a\}$ .

A função  $\varphi$  sendo sobrejetiva, existe  $p \in I_n$  tal que  $\varphi(p) = n + 1$ .

Definimos a função  $\tilde{\varphi}: I_n \to A \setminus \{a\}$  por

 $\tilde{\varphi}(p) = a$ 

e  $\tilde{\varphi}(j) = \varphi(j)$  para todo  $j \neq p$ .

É fácil verificar que  $\tilde{\varphi}$  é bijetiva (usando a bijetividade de  $\varphi$ ).

A hipótese indutiva é aplicável, já que  $A \setminus \{a\} \subset I_n$ .

Logo  $A \setminus \{a\} = I_n$ , e daí  $A = I_{n+1}$ .

Pelo princípio da indução concluímos a prova do teorema.

Corolário 5.2. Se  $\varphi: I_n \to X$  e  $\psi: I_m \to X$  são funções bijetivas para alguns  $n, m \ge 1$  então n = m.

Demonstração. Para fixar ideias suponha que  $m \leq n$ . Então  $I_m \subset I_n$ . Temos:

$$I_n \xrightarrow{\varphi} X \xrightarrow{\psi^{-1}} I_m$$

então a função  $\varphi:I_n\to I_m$ 

 $f = \psi^{-1} \circ \varphi$  é bijetiva, com  $I_m \subset I_n$ . Pelo teorema anterior,  $I_m = I_n$ , logo m = n.

Corolário 5.3. Não pode existir uma bijeção  $\varphi: X \to Y$  de um conjunto finito X para um subconjunto próprio  $Y \subsetneq X$ .

Demonstração. De fato, se  $\varphi:I_n\to X$  é uma bijeção e  $Y\subsetneq X$  então a pré-imagem

$$A := \varphi^{-1}(Y) \subset I_n$$

é um subconjunto próprio de  $I_n$ .

Definimos

$$g = \varphi^{-1} \circ f \circ \varphi.$$

Então a restrição  $\tilde{\varphi}: A \to Y, \ \tilde{\varphi}(x) = \varphi(x)$  para todo  $x \in A$  é uma bijeção.

Portanto  $g: I_n \to A$  é uma bijeção. Como  $A \subset I_n$ , pelo teorema anterior  $A = I_n$ , contradição com o fato de A ser um subconjunto próprio de  $I_n$ .

**Definição 5.2.** Seja X um conjunto finito.

Se existem  $n \ge 1$  e  $f: I_n \to X$  bijetiva, então n é o número de elementos, ou a cardinalidade de X e escrevemos card X = n.

Se  $X = \emptyset$  definimos sua cardinalidade card X como 0.

**Observação 5.1.** Se  $f: X \to Y$  é uma bijeção e X é finito, então Y é finito também e card Y = card X.

De fato, existem  $n \geq 1$  e  $\phi: I_n \to X$  é uma bijeção, então

$$I_n \xrightarrow{\phi} X \xrightarrow{f} Y$$
,

logo  $f \circ \phi: I_n \to Y$  é bijetiva, mostrando que Y é finito e

$$\operatorname{card} Y = n = \operatorname{card} X.$$

**Teorema 5.4.** Todo subconjunto de um conjunto finito é finito também, ou seja, se X é finito e  $Y \subset X$  então Y é finito.

Além disso,

$$card Y < card X$$
.

Demonstração. Basta provar o teorema para  $X = I_n$ , onde  $n \ge 1$ . Usamos indução.

n=1. Se  $Y\subset I_1=\{1\}$  então  $Y=\emptyset$  ou  $Y=I_1$ , logo Y é finito.

 $n \to n+1$ . Seja  $Y \subset I_{n+1}$ . Analisamos dois casos.

- 1)  $n+1 \notin Y$ . Então  $Y \subset I_n$ . Pela hipótese indutiva, card  $Y \leq n < n+1$ .
- 2)  $n+1 \in Y$ . Então

$$Y' = Y \setminus \{n+1\} \subset I_n$$
.

Pela hipótese indutiva, Y' é finito, e card  $Y' \leq n$ .

Seja  $p=\operatorname{card} Y'$ . Então existe  $\varphi:I_p\to Y'$  bijetiva. Considere a extensão  $\tilde{\varphi}:I_{p+1}\to Y,$   $\tilde{\varphi}(k)=\varphi(k)$  se  $k\in I_p$  e  $\tilde{\varphi}(p+1)=n+1.$ 

Então claramente  $\tilde{\varphi}$  é bijetiva, logo Y é finito e

card 
$$Y = p + 1 \le n + 1$$
.

**Lema 5.5.** Seja  $g: X \to Y$  uma função sobrejetiva. Então existe uma função  $f: Y \to X$  tal que  $g \circ f = id_Y$  (a função f é uma inversa à direita de g). Em particular (por um exercício anterior), a função f é injetiva.

Similarmente, se  $g: X \to Y$  é injetiva, então existe  $f: Y \to X$  tal que  $f \circ g = id_X$  e em particular, f é sobrejetiva.

Demonstração. Vamos provar a primeira afirmação. A segunda é exercício.

Seja  $y \in Y$ . Como  $g: X \to Y$  é sobrejetiva, existe um elemento  $x \in X$  tal que g(x) = y (poderia existir mais de um tal elemento, se g não for injetiva).

Então definimos f(y) = x, onde  $x \in X$  é escolhido tal que g(x) = y.

Claramente, por essa escolha,

$$q \circ f(y) = q(f(y)) = q(x) = y,$$

mostrando que  $q \circ f = id_Y$ .

A seguir, apresentamos dois corolários do Teorema 5.4.

Corolário 5.6. Seja  $f: X \to Y$  uma função injetiva. Se Y é finito, então X também é finito e

$$card X < card Y$$
.

Demonstração. Considere a função  $\tilde{f}: X \to f(X) \subset Y$ ,

$$\tilde{f}(x) = f(x),$$

isto é, a função obtida simplesmente restringindo o contradomínio de f à imagem f(X).

Logo  $\tilde{f}$  é sobrejetiva. Mas como f é injetiva, segue que a restrição  $\tilde{f}$  é bijetiva, portanto

$$\operatorname{card} X = \operatorname{card} f(X).$$

Mas  $f(X) \subset Y$ , Y é finito, e pelo Teorema 5.4, tem-se

$$\operatorname{card} f(X) \leq \operatorname{card} Y$$
,

portanto

$$\operatorname{card} X = \operatorname{card} f(X) \leq \operatorname{card} Y$$
,

e em particular X é finito.

Corolário 5.7. Seja  $g: Y \to X$  uma função sobrejetiva. Se Y é finito, então X também é finito e card  $X \leq card Y$ .

Demonstração. Pelo Lema 5.5, existe  $f\colon X\to Y$  injetiva. Pelo Corolário 5.6, card  $X\le {\rm card}\ Y$ .

**Teorema 5.8.** Se X, Y são conjuntos finitos disjuntos, então  $X \cup Y$  é finito e card  $(X \cup Y) = card \ X + card \ Y$ .

Demonstração. Se  $X = \emptyset$  ou  $Y = \emptyset$  a afirmação é evidente. Então vamos supor que  $X \neq \emptyset$  e  $Y \neq \emptyset$  e sejam  $n = \operatorname{card} X$ ,  $m = \operatorname{card} Y$ .

Existem  $\varphi: I_n \to X \in \psi: I_m \to Y$  bijetivas. Definimos  $f: I_{n+m} \to X \cup Y$  por

$$f(k) = \begin{cases} \varphi(k) & \text{se } k \in \{1, ..., n\} \\ \psi(k-n) & \text{se } k \in \{n+1, ..., n+m\} \end{cases}$$

Claramente f é bijetiva, logo  $X \cup Y$  é finito e card $(X \cup Y) = n + m$ .

Corolário 5.9. Se X, Y são conjuntos finitos (não necessariamente disjuntos), então  $X \cup Y$  é finito e

$$card (X \cup Y) \leq card X + card Y.$$

Demonstração. Sejam

$$X' = \{(x, 1) : x \in X\}$$
$$Y' = \{(y, 2) : y \in Y\}.$$

Claramente card X' = card X e card Y' = card Y.

Mas X' e Y' são disjuntos, então pelo Teorema 5.8,

$$\operatorname{card}(X' \cup Y') = \operatorname{card} X' + \operatorname{card} Y'$$
  
=  $\operatorname{card} X + \operatorname{card} Y$ .

A função  $f: X' \cup Y' \to X \cup Y$ , definida por

$$f(x,1) = x$$

$$f(y,2) = y$$

é claramente sobrejetiva.

Então

$$\operatorname{card}(X \cup Y) \leq \operatorname{card}(X' \cup Y') = \operatorname{card} X + \operatorname{card} Y$$
,

provando a afirmação.

página 11

Conjuntos infinitos. Um conjunto se chama infinito se ele não é finito.

O conjunto dos números naturais  $\mathbb N$  é evidentemente infinito, o que pode ser provado de maneiras diferentes.

Por exemplo, a função  $f: \mathbb{N} \to 2\mathbb{N}$ , f(n) = 2n é uma bijeção entre  $\mathbb{N}$  e o subconjunto próprio de números pares. Logo, pelo Corolário 5.3,  $\mathbb{N}$  não pode ser finito.

Além disso, a função sucessão  $s: \mathbb{N} \to \{n \in \mathbb{N} : n \geq 1\}$  é bijetiva, e o contradomínio é um subconjunto próprio de  $\mathbb{N}$  (ele não contém o número 0). Pelo mesmo Corolário 5.3,  $\mathbb{N}$  não pode ser finito.

Um outro argumento é o seguinte. Se  $p \geq 1$  e  $f: I_p \to \mathbb{N}$  é uma função qualquer, então o número

$$N := \varphi(1) + \dots + \varphi(p) + 1$$

claramente satisfaz  $N > \varphi(k)$  para todo  $k \in I_p$ .

Logo  $N \neq \varphi(k)$  para todo  $k \in I_p$ , mostrando que  $\varphi$  não pode ser sobrejetiva. Então não existem  $p \geq 1$  e  $\varphi: I_p \to \mathbb{N}$  bijetiva, mostrando que  $\mathbb{N}$  não pode ser finito, isto é,  $\mathbb{N}$  é infinito.

**Teorema 5.10.** Um conjunto X é infinito se e somente se existe uma função injetiva  $\varphi \colon \mathbb{N} \to X$ .

Em outras palavras, denotando  $\varphi(n) = x_n$ , um conjunto X é infinito see existem elementos distintos

$$x_0, x_1, \ldots, x_n, \ldots$$

em X.

Demonstração. A afirmação indireta é evidente. Se existir uma função injetiva  $\varphi: \mathbb{N} \to X$  e se X fosse finito, pelo Corolário 5.6, o conjunto  $\mathbb{N}$  seria finito, uma contradição. Portanto X é infinito.

Vamos provar a afirmação direta, ou seja, vamos supor que X seja infinito e definir uma função injetiva  $f: \mathbb{N} \to X$ . Vamos definir f(n) por indução.

- 1° passo. Como  $X \neq \emptyset$ , existe um elemento  $x_0 \in X$ . Definimos  $f(0) = x_0$ .
- Passo indutivo. Dado  $n \in \mathbb{N}$ , suponha  $f(0), \dots, f(n)$  já definidos e diferentes entre eles. Como X é infinito, tem-se

$$X \neq \{f(0), \dots, f(n)\}$$

já que  $\{f(0), \ldots, f(n)\}$  é um conjunto finito (com n+1 elementos). Então existe um elemento

$$x_{n+1} \in X \setminus \{f(0), ..., f(n)\}.$$

Definimos  $f(n+1) = x_{n+1}$  e notamos que  $f(n+1) \neq f(k)$  para todo  $k \in \{0, \dots, n\}$ .

Pelo segundo princípio da indução, f(n) é definido para todo  $n \in \mathbb{N}$ , então obtivemos uma função  $f: \mathbb{N} \to X$ .

Esta função f é claramente injetiva, já que dados  $m, n \in \mathbb{N}$  com m < n, pela construção de  $f, f(n) \neq f(m)$ .

**Teorema 5.11.** Seja  $X \subset \mathbb{N}$  um conjunto não vazio. Então X é finito se, e somente se, X possui máximo.

Demonstração. A afirmação indireta é muito simples. Se X possui o máximo p, então  $x \leq p$  para todo  $x \in X$ . Logo

$$X \subset \{0, 1, \dots, p\}.$$

Mas  $\{0, 1, \dots, p\}$  é um conjunto finito, logo X também é.

Vamos provar a afirmação direta. Seja X um conjunto finito, então existe  $n \geq 1$  tal que

$$X = \{x_1, \dots, x_n\}.$$

Observe que o número  $N:=x_1+\ldots+x_n$  claramente satisfaz a propriedade  $N\geq x_k$   $\forall k=1,\ldots,n.$  Seja

$$B := \{ p \in \mathbb{N} : p \ge x \text{ para todo } x \in X \}.$$

Então  $N \in B$ , logo  $B \neq \emptyset$ .

Pelo princípio da boa ordenação, B possui um mínimo  $p_0$ .

Vamos mostrar que  $p_0$  é o máximo de X.

Como  $p_0 \in B$ , tem-se  $p_0 \ge x$  para todo  $x \in X$ .

Suponha por contradição que  $p_0$  não seja o máximo de X. Então necessariamente  $p_0 \notin X$ .

Portanto  $p_0 > x$  para todo  $x \in X$ .

Em particular  $p_0 \ge x + 1$  para todo  $x \in X$ .

Além disso,  $p_0 \neq 0$ . Seja  $p_1$  seu predecessor, então  $p_1 + 1 = p_0 \geq x + 1$ , logo  $p_1 \geq x$  para todo  $x \in X$ .

Isto mostra que  $p_1 \in B$ . Mas  $p_1 < p_0$ , contradição com o fato de  $p_0$  ser o mínimo de B. Logo  $p_0$  é o máximo de B.

#### 6. Números inteiros

Estendemos o conjunto de números naturais

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, ..., n, n + 1, ...\}$$

juntando un outro conjunto enumerable  $\mathbb{Z}_-$  cujos elementos são denotados por

$$-1, -2, -3, \dots, -n, -(n+1), \dots$$

Seja

$$\mathbb{Z} = \mathbb{N} \cup \mathbb{Z}_{-} = \{..., -n, ..., -1, 0, 1, ..., n, ...\}$$

a união entre  $\mathbb{N}$  e o novo conjunto  $\mathbb{Z}$ .

Chamamos  $\mathbb{Z}$  do conjunto de números inteiros. Estendemos as operações algébricas (adição e multiplicação) para este conjunto maior da seguinte forma.

■ Adição. Sejam  $m, n \in \mathbb{N}$ .

Se  $m \ge n$  então existe  $k \in \mathbb{N}$  tal que m = n + k.

Neste caso, definimos

$$m + (-n) = (-n) + m = k.$$

Se m < n então existe  $k \in \mathbb{N}$  tal que n = m + k.

Neste caso definimos

$$m + (-n) = (-n) + m = -k$$

Além disso, definimos

$$(-m) + (-n) = -(m+n)$$

Por exemplo, 7 + (-3) = 4 porque 7 = 3 + 4

$$e(-7) + 3 = -4$$
 porque  $7 = 3 + 4$ 

$$e(-7) + (-3) = -(7+3) = -10.$$

■ Multiplicação. Dados  $m, n \in \mathbb{N}$ , definimos

$$m \cdot (-n) = (-n) \cdot m = -(m \cdot n)$$

е

$$(-m)\cdot(-n)=m\cdot n.$$

Por exemplo,  $7 \cdot (-3) = (-3) \cdot 7 = -21$ 

$$(-7) \cdot (-3) = 7 \cdot 3 = 21.$$

Deste modo, a adição e multiplicação são definidas para todo  $m, n \in \mathbb{Z}$ .

Além disso, é fácil verificar que elas satisfazem as propriedades conhecidas (associatividade, comutatividade, distributividade e que 0 e 1 têm os papeis especiais conhecidos  $(n+0=0+n=n, n\cdot 1=n)$  e etc.

Ademais, estendemos a relação de ordem em  $\mathbb{Z}$  pondo, para  $m, n \in \mathbb{Z}$ 

$$-m \le n$$

е

$$-m \le -n \text{ se } n \le m$$

É fácil verificar que  $\leq$  é uma relação de ordem (total) em  $\mathbb{Z}$ , compatível com as operações algébricas, no sentido que, para  $m, n, k \in \mathbb{Z}$ ,

se 
$$m \le n$$
 então  $m + k \le n + k$ 

e

se 
$$m \le n$$
 e  $k \ge 0$  então  $m \cdot k \le n \cdot k$ .

Lema 6.1.  $\mathbb{Z}$  é enumerável.

Demonstração. A função  $f: \mathbb{Z} \to \mathbb{N}$ ,

$$f(n) = \begin{cases} 2n, & \text{se } n \ge 0, \\ 2(-n) - 1, & \text{se } n < 0 \end{cases}$$

é bijetiva.

página 14